

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

De acordo com informações que chegaram ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, os e as vigilantes que prestam serviço no Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P./Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência estão a ser impedidos de ocupar os seus postos de trabalho.

A empresa NOITE E DIA ganhou o concurso público para fornecimento de serviço de vigilância ao IGeFE/DGEEC, com início de funções a 1 de março. Entretanto, a VIGIEXPERT, empresa que perdeu o concurso, enviou uma carta de transmissão de estabelecimento aos trabalhadores. Contudo, segundo os vigilantes, a empresa que ganhou o concurso, a NOITE E DIA, não aceita mantê-los em funções, alegando que não reconhece a figura da transmissão de estabelecimento.

Os e as vigilantes relatam que até ao último minuto do dia 28 de fevereiro não foram informados pela NOITE E DIA sobre a sua situação profissional. Esta empresa limitou-se a aparecer com uma nova equipa e impediu o vigilante de serviço de continuar na instalação. Do mesmo modo, às 8.00 de 1 de março, a NOITE E DIA recusou a entrada da vigilante que deveria entrar ao serviço.

Os e as vigilantes vão continuar a apresentar-se no seu posto de trabalho, de acordo com a sua escala, lutando pelo seu direito ao trabalho. Tal como tem feito em situações anteriores, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda denuncia os reiterados abusos laborais por parte de empresas do setor da vigilância privada. Cumprindo ao Governo assumir a sua responsabilidade no combate à precariedade, não permitindo que este seja mais um episódio da sistemática violação do regime jurídico da transmissão de estabelecimento por empresas que participam em concursos públicos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Educação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Educação conhecimento desta situação?
2. Que diligências pretende o Ministério da Educação implementar para que estes trabalhadores da segurança privada vejam os seus direitos respeitados?
3. O Ministério da Educação está disponível para obrigar a Noite e Dia a cumprir de imediato a lei, nomeadamente em matéria de transmissão de estabelecimento, sob pena de rescisão do contrato?

Palácio de São Bento, 4 de março de 2022

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)